

Criticada suspensão de empréstimo

BRASÍLIA — O governo criticou ontem a decisão do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) — considerando-a política — de suspender um empréstimo de US\$ 350 milhões ao Brasil, condicionando a liberação dos recursos a um acordo com os bancos credores. O vínculo, segundo nota divulgada pelo ministro interino das Relações Exteriores, Marcos Azambuja, “constitui uma condicionalidade nova, ilegítima e inaceitável”. O governo entende ainda que a decisão coloca o próprio BID em risco como instituição financeira e manifesta sua expectativa de que ela seja prontamente revista.

Ontem mesmo, os embaixadores dos países que solicitaram o adiamento (foram citados especificamente Estados Unidos, França, Canadá, Japão e Grã-Bretanha, todos integrantes do Grupo dos Sete) começaram a ser chamados ao Itamaraty para tomar conhecimento do protesto brasileiro. O primeiro foi Harunori Kaya, do Japão. Ao mesmo tempo, o embaixador do Brasil nos EUA, Marcílio Marques Moreira, foi acionado para fazer chegar a preocupação do Brasil ao governo norte-americano.

Com o adiamento, disse o embaixador Azambuja, se pretendeu pressionar o Brasil a chegar a um acordo com os bancos comerciais sobre os atrasados da dívida. Uma decisão que, segundo ele, contraria indicações dadas ao Brasil por alguns dos países responsáveis pelo adiamento, no sentido de que os empréstimos internacionais dos organismos multilaterais, como o BID, não seriam utilizados como elementos de pressão para influir no andamento das negociações com credores comerciais.

Mais ainda, lembra a nota, o estatuto do BID não prevê a vinculação entre as decisões do órgão e as relações de seus acionistas com os bancos comerciais. Azambuja não concorda com alegações de que haveria base legal para a suspensão do empréstimo: “Sempre se encontra um argumento para legitimar a decisão política.”

O ministro interino lembrou ainda que o Brasil tem honrado rigorosa-

mente todos os seus compromissos com as instituições multilaterais de crédito, a começar pelo BID, ao qual transferiu, nos últimos quatro anos, líquidos US\$ 700 milhões. Portanto, não cabem dúvidas sobre a disposição e a capacidade do governo de continuar honrando esses compromissos.

O governo lamenta ainda que a decisão atinja um projeto na área social, aliás, sugerido pelo próprio BID como forma de combater o desemprego. Os US\$ 350 milhões seriam utilizados em obras de saneamento que dariam 45 mil empregos diretos e

15 mil indiretos. Na mesma reunião do Banco, lembrou o Itamaraty, foram aprovados projetos na área de ciência e tecnologia (para a Finep, universidades e o próprio Itamaraty) da ordem de US\$ 102 milhões, e outro para o BNDES de US\$ 250 milhões, que já tinham sido apreciados pela comissão geral do BID.

A decisão do BID, somada ao anúncio do Escritório Comercial da Casa Branca (USTR) de manter o Brasil na sua lista de países em observação prioritária (uma lista negra que, depois de apreciada pelo Congresso pode resultar em sanções para

produtos brasileiros), não configura um cerco ao País. São fatos isolados, na avaliação do governo. A lista, segundo Azambuja, não individualiza o Brasil e não havia nenhuma expectativa de que ele fosse retirado, já que permanecem os motivos que levaram à sua inclusão, sobretudo a não-adoção de patentes para produtos farmacêuticos.

Azambuja disse ainda que o Brasil continuará cumprindo todos os seus compromissos com o BID e espera que, nas negociações internacionais, um assunto não invada o território do outro.